

**ATA**

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador André Coelho Lima – Sobre a apresentação do estudo relativo a uma eventual candidatura das Festas Nicolinhas a “Património Imaterial da Humanidade”, referiu as dificuldades que a candidatura poderia, alegadamente, apresentar, de acordo com a análise feita pela própria equipa contratada pelo Município para preparar o processo de candidatura, divulgadas no próprio momento da apresentação do estudo, tendo dito, a propósito, que não se tratava de discutir a razão de ser das questões levantadas nem o facto de ser objetivamente importante que seja feito esse diagnóstico, tratava-se de não ser aquele, nem o momento, nem o modo adequado para o fazer, tendo concluído que não era espectável que fosse a equipa contratada para preparar o processo

de candidatura a destacar publicamente os pontos fracos que a mesma possa comportar. Referiu, ainda, que não era igualmente espectável que a equipa contratada para preparar o processo de candidatura se questione sobre se esta candidatura interessa ou não às próprias festas, pois, em sua opinião, tal decisão compete às entidades autárquicas, que discutiram amplamente esta questão, às instituições Nicolinas que foram questionadas concretamente sobre as potenciais consequências da classificação e a quem, em última análise, cabe proteger e salvaguardar o interesse das Nicolinas. -----

2 – Vereador António Monteiro de Castro – Leu, em voz alta, um documento sobre o prazo das agendas disponibilizadas pela Câmara Municipal aos vereadores presentes nas reuniões camarárias, considerando que a documentação é enviada demasiado tarde, tendo em conta a extensão dos assuntos que constam em cada uma das agendas tornando, do seu ponto de vista, o tempo exíguo para poder proceder a uma preparação adequada dos diferentes temas, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: *"É claro que a Câmara é um órgão executivo que tem a singularidade de ser constituído por vereadores de diferentes forças partidárias, tendo uns pelouros com funções verdadeiramente executivas e outros limitados a uma simples função de acompanhamento. E digo acompanhamento e não oposição porque entendo que um órgão executivo deverá ser todo ele, tal como o próprio nome o indica, um órgão que executa e não um órgão onde uns querem fazer e outros tentam impedir que se faça. Naturalmente que o grande conjunto de decisões a tomar se prendem com o programa do partido que ganhou as eleições, mas isso não impede que haja, na grande maioria das referidas decisões, muita afinidade, tendo em*



conta que os objetivos de todos são, ao-fim-e-ao-cabo, mais ou menos comuns, pois procuram a promoção do Bem comum para as nossas comunidades.” Por último, sugeriu que, sendo embora certo que estava a ser cumprida a lei quanto ao prazo de envio da documentação, esta passasse a ser enviada, total ou parcialmente, ao final da sexta-feira da semana anterior à reunião de Câmara, de modo a permitir melhorar as condições para um maior e mais consciente desempenho das suas funções. -----

3 – Vereador Ricardo Araújo – Solicitou informação sobre o ponto de situação da recuperação do Teatro Jordão depois do Presidente da Câmara ter dado conhecimento de uma eventual rescisão do contrato com o projetista. Quis saber se se tratava de uma divergência técnica, designadamente o parecer desfavorável da Divisão do Centro Histórico, ou de uma divergência política relativamente ao conteúdo funcional previsto pelo anterior Executivo. Disse, ainda, que a Academia de Música Valentim Moreira de Sá não terá sido, nunca, fortemente entusiasta da opção de se instalar no edifício do Teatro Jordão. Assim, quis saber qual a visão do executivo para a reabilitação do edifício e qual a função que se pretende realizar para que este equipamento possa contribuir para o desenvolvimento cultural do concelho.-----

4 – Vereador José Torcato Ribeiro – Referindo-se à Portaria n.º 66/2012, de 7 de novembro, que classifica como monumento de interesse público a Igreja Velha de Santa Maria de Corvite, apelou à conservação deste edifício do século XVI, que se destaca pelo conjunto de pinturas a fresco que se encontram no seu interior. Disse ter visitado o espaço, tendo acedido livremente à Capela-mor, sem qualquer restrição, denotando abandono e falta de cuidado por este importante património cultural. Assim, e dado que o monumento se encontra situado numa zona de difícil

acesso, solicitou uma correta sinalização do mesmo, bem como a preservação e limpeza da zona especial de proteção ao edificado. Por último, sugeriu a reabilitação deste edifício, perguntando se a Câmara estava atenta e se sabia de quem era a responsabilidade.

5 – Presidente da Câmara – a) – Disse que o estudo antropológico relativo a uma eventual candidatura das Festas Nicolinas a “Património Imaterial da Humanidade” está concluído e será colocado à disposição dos vimaranenses para que sobre ele possa ser feita uma reflexão. Acrescentou que o importante agora é fazer a inscrição no inventário de património cultural e apresentar a candidatura, cujo trabalho, a ser liderado pelo Vereador José Bastos, deverá envolver as diferentes coletividades. Disse, ainda, que se está a tempo de corrigir o que for preciso para que as Festas Nicolinas possam ser consideradas elegíveis;

b) – Sobre a intervenção do Vereador António Monteiro de Castro disse que todos os contributos são importantes, acrescentando que, sempre que possível, poderão ser enviados os assuntos (projeto de agenda) na sexta-feira da semana anterior à reunião de Câmara;

c) - No que respeita ao Teatro Jordão esclareceu que a informação que tinha era que havia entusiasmo da parte da Academia Valentim Moreira de Sá para instalar naquele edifício a Escola de Música. Disse, ainda, que a Divisão do Centro Histórico terá emitido parecer desfavorável à proposta que o projetista apresentou, cujo planeamento estava em cerca de 10%, por entender que se deve conservar alguns elementos existentes no interior do imóvel que não estavam devidamente salvaguardados no programa funcional inicial, preservando a memória daquela que foi a principal sala de espetáculos de Guimarães sem, contudo, prejudicar o programa funcional, ou seja, a função de escola que se pretende implementar;

d) - Disse conhecer a Igreja Velha de



Santa Maria de Corvite, acrescentando haver trabalho feito na área do levantamento do património cultural e arquitetónico do Concelho, elaborado pela Arq.^a Rosa Maria, e que identifica todos os monumentos de interesse público. Disse que a Câmara Municipal de Guimarães não permitirá uma intervenção naquele edifício sem que haja um projeto aprovado que preserve o seu valor patrimonial. Por último, disse que na próxima reunião traria uma informação mais detalhada sobre este edifício. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

1 – Do Livro de autoria do Dr. José Fernando Alves Pinto, cuja receita de venda reverterá para o Clube Desportivo Xico Andebol. -

2 – Informou que as obras de construção do Centro Escolar de Ronfe iniciar-se-ão na próxima segunda-feira. -----

3 – Informou que a próxima reunião de Câmara se realizará no local habitual, passando a reunião seguinte, que ocorrerá no dia 30 de abril, a realizar-se na Vila de Caldas das Taipas, pelas 10:00, na Escola Secundária das Taipas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do Relatório Anual dos Subsídios atribuídos a Instituições Particulares de Solidariedade Social no ano de 2013, em conformidade com o previsto nos artigos 8.º e 22º do Regulamento n.º 607/2010, de 15 de julho, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do Relatório Anual dos subsídios atribuídos a pessoas carenciadas, em cumprimento do disposto no artigo 28º do Regulamento n.º 8/2009, de 8 de Janeiro, designado por Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de março de 2014, que aprovou a criação do Conselho Consultivo para o Investimento e o Emprego em Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2014. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRIMEIRO ADITAMENTO

- ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Oleiros, a execução da obra de pavimentação da Avenida de S. Vicente (desde o edifício Sede da Junta de Freguesia até ao Cemitério), bem como a atribuição de uma verba até ao montante de 8.336,57€. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Oleiros encontra-se agora agregada com as Freguesias de Leitões e Figueiredo, e passaram a designar-se União das Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014.



Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 4 de junho de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014." Mais de propõe a aprovação da transição da respetiva verba de 8.336,57€ para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

PROTÓCOLOS – PROTOCOLO PRÉMIO PRÍNCIPE DA BEIRA –

Presente a seguinte proposta: "Numa recente visita dos Duques de Bragança, Dom Duarte e Dona Isabel de Herédia, Chefes da Casa Real, a Guimarães onde transmitiram a persistência das preocupações que já em tempos o El-Rei D. Luís I e El-Rei D. Carlos I na promoção e incentivos a estudos e especializações de portugueses no estrangeiro como elementos fundamentais ao progresso e ao desenvolvimento do país. O título de Príncipe da Beira, criado em 17 de Dezembro de 1734 por El-Rei D. João V, vem sendo usado, de gerações em gerações, na Casa Real Portuguesa, pelo Infante herdeiro dos direitos dinásticos, com todo o acervo de princípios e preocupações que têm feito a Casa Real Portuguesa. Através da Fundação D. Manuel II, entendeu Sua Alteza o Príncipe da Beira, devidamente autorizado por seus Pais, instituir numa colaboração que agora se inicia com a Universidade do Minho, Instituição científica de reconhecido prestígio e a Câmara Municipal de Guimarães, herdeira e garante das tradições da cidade berço, um Prémio, destinado a funcionar como Bolsa de Estudo distinguindo trabalhos que tenham como especial característica a excelência na investigação aplicada e ética e a contribuição para a abertura de novos caminhos sendo que, nesta vertente, se destina ao domínio da Investigação e Ciências,

podendo, posteriormente, ser estendida a outras áreas. Neste sentido, e como entendo que é importante neste momento incentivar e promover o trabalho de excelência nesta área, proponho que a Câmara Municipal de Guimarães aprove a celebração de um protocolo de Cooperação designado por “ Prémio Príncipe da Beira à Investigação e Ciência”, entre a Casa Real Portuguesa, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, conforme minuta em anexo (**doc 1**). A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – FORMAÇÃO/MONITORIZAÇÃO EM ATIVIDADE FÍSICA E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL – Presente a seguinte proposta do

Vereador Amadeu Portilha: “**1. Objecto:** No âmbito do “Projeto Comunidade Castreja em Movimento” submetido, aprovado e inserido no Orçamento Participativo de 2013, pretende-se a aquisição de serviços na área da educação física, desporto e animação sociocultural para realização de atividades e monitorização de crianças, jovens e adultos, para mais de 1000 pessoas, inseridas na Comunidade Castreja, nas disciplinas de futebol, atletismo, dança, karaté e ginástica sénior. **2.**

Considerando que: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em educação física, desporto e/ou atividades recreativas e culturais de animação social, tal como dança, ginástica sénior, atletismo, karaté e futebol; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal



nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: **a)** O objecto do contrato é a aquisição de serviços na área da educação física, desporto e animação sociocultural para realização de atividades e monitorização de crianças, jovens e adultos, para mais de 1000 pessoas, inseridas na Comunidade Castreja, nas disciplinas de futebol, atletismo, dança, karaté e ginástica sénior, durante 9 meses, desenvolvidas diariamente, perfazendo 400 horas mensais com a criação de diferentes turmas de formação. **b)** A despesa estima-se em 36.000,00€ (trinta e seis mil euros), repartidos em três pagamentos de 12.000,00€ para a duração do projeto entre os meses de abril e dezembro de 2014, isento de IVA, ao abrigo do disposto no ponto 8 do art.º 9º do CIVA, mediante a apresentação de relatórios justificativos da despesa efetuada. **c)** A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 4.3.08 – Orçamento Participativo, correspondente ao ano de 2014. **d)** O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, à Cooperativa Castreja, uma vez que esta entidade tem um conhecimento da especificidade das atividades a desenvolver tendo em consideração o público alvo abrangido, possui ainda um profundo conhecimento do meio social e geográfico que abrange (União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, União das Freguesias de

Briteiros Santo Estêvão e Donim, União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, Barco), possuindo todos os recursos necessários, quer materiais, quer humanos, para a realização deste serviço. **e)** Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. **f)** A entidade a contratar não tem dívidas à Segurança Social e ao serviço de Finanças. **g)** Finalmente, informa-se que não foi aplicada qualquer redução remuneratória ao preço base deste procedimento uma vez que a Câmara Municipal não contratou, em anos anteriores, qualquer serviço, desta ou de outra natureza, a esta cooperativa.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA – RATIFICAÇÃO –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão Jurídica: “O Município de Guimarães foi demandado no âmbito do proc. n.º 74/07.3TCGMR-C, que se correu termos na 2.ª Vara Mista do Tribunal de Guimarães, processo no qual foi necessário representar o Município através do patrocínio jurídico de um advogado. À data em que foi recebida a primeira notificação (corria o ano de 2012), o Sr. Dr. Luis Teixeira e Melo, advogado da sociedade de advogados Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados, com quem o Município mantém uma avença para a prestação de serviços de assessoria jurídica, informou que, naquele processo, a sociedade de advogados se encontrava impedida de patrocinar a causa, por já ter tido, em tempos,



intervenção no processo. Face a este impedimento foi necessário recorrer aos serviços de um outro advogado, tendo-se contactado o Sr. Dr. João Luis Silva, da sociedade de advogados “Fernando Alberto, Gomes Alves, Marcos da Silva, Vieira de Castro e Associados, Sociedade de Advogados, RL” para ali representar o Município, tendo-lhe sido solicitado o valor dos honorários respetivos com vista à preparação de todo o procedimento tendente à sua contratação, designadamente a preparação do pedido de parecer prévio à Câmara Municipal (ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril) e a emissão dos documentos contabilísticos de cabimentação e compromisso orçamental (nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro). Ficou acordado que o valor dos honorários seria na ordem dos 2.500,00€, valor a que acresceria o IVA à taxa legal em vigor, acrescido das despesas que resultassem do acompanhamento do processo (despesas de expediente, taxa de justiça, etc.), e ao qual seria, ainda, aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55 -A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), aplicável por força do preceituado no nº 1 do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (LOE 2012), o que implicaria uma redução máxima de 150,00€ e uma despesa final de 2.350,00€. Tendo o processo terminado recentemente, com uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça favorável ao Município, é agora necessário proceder ao pagamento do valor dos honorários contratados. Constatou-se, contudo, que, por lapso, a proposta a submeter a reunião de Câmara nunca chegou a ser agendada, sendo agora necessário ratificar todo este procedimento naquele órgão executivo, nos seguintes termos: **1. Objeto:** Aquisição de serviços de consultoria jurídica para

representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 74/07.3TCGMR-C - 2.ª Vara Mista do Tribunal de Guimarães. **2. Considerando o supra exposto e que:** Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos, tendo em conta que nenhum técnico jurista que ocupa posto de trabalho no mapa de pessoal pode exercer advocacia. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal ratifique esta aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) Aquisição de serviços de consultadoria jurídica para representação judicial do Município de Guimarães, no âmbito do proc. n.º 74/07.3TCGMR-C - 2.ª Vara Mista do Tribunal de Guimarães. b) A despesa estima-se em 2.350,00€, valor ao qual acresce IVA à taxa legalmente em vigor, bem como as despesas que resultem do acompanhamento do processo (despesas de expediente, taxa de justiça, etc.); c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato é o ajuste direto com a sociedade de advogados "Fernando Alberto, Gomes Alves, Marcos da Silva, Vieira de Castro e Associados, Sociedade de Advogados, RL", nos termos da al. a) do art.º 20.º e dos art.º s 128.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer



pessoa com quem viva em economia comum. f) A redução remuneratória já se encontra incluída no valor supra mencionado, aplicada nos termos previstos no artigo 19.º da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), por força do preceituado no nº 1 do art.º 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (LOE 2012), em vigor à data dos factos.” **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA IMAGEM PARA A MARCA DA CIDADE DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação do

Vereador José Bastos: “Com base no posicionamento estratégico assente na premissa de que a cultura pode e deve assumir-se como catalisador e motor de regeneração urbana e de desenvolvimento socioeconómico, foi elencada a necessidade urgente de desenvolver uma identidade visual associada à marca “Cidade Guimarães” que seja capaz de dar continuidade à percepção positiva que a cidade tem vindo a alcançar nos últimos anos, facto que se viu projetado e consolidado durante o ano de 2012, ano de realização do evento Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura. Parte visível de um processo de branding que se pretende implementar, e por esse motivo de grande importância, é expectável que esta imagem conceptual seja geradora de um reforço da linha identitária de Guimarães e que se configure como um símbolo estenográfico catalisador de coesão e dinâmica territorial. O desenvolvimento deste conceito permite a convergência das múltiplas identidades, sentidos e oportunidades refletidas na cidade, desenvolvendo uma forte interligação entre a dinâmica cultural e as paisagens urbanas, realçando e valorizando a identidade histórico-cultural impressa no código genético da

cidade. Guimarães apresenta, ainda, uma sólida memória cultural, instalada no imaginário coletivo da comunidade. O trabalho criativo deve espelhar e transparecer o património simbólico conquistado, oferecendo novas reinterpretações e novos sentidos de modernidade e futuro. Por último, as pretensões enunciadas devem traduzir as metamorfoses ocorridas no seio da cidade, sublinhando a mudança paradigmática expressa na transição de um modelo de economia industrial clássica para um modelo de economia baseada na criatividade e no conhecimento. Considerando o enquadramento exposto previamente, propõe-se aquisição de serviços por ajuste direto nos seguintes termos: **1. Objeto:** Criação e desenvolvimento de uma imagem para a marca da cidade de Guimarães, assente em princípios dinâmicos/flexíveis, como evolução da identidade desenvolvida para a Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, da autoria daquela empresa, incluindo, ainda: a) sistema de logotipos de acordo com o conceito de imagem criado; b) manual de normas de utilização do(s) logotipo(s) desenvolvido(s). **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência; Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. A análise do historial e experiência profissional da empresa “Estúdio João Campos Unipessoal Lda.” fica indelevelmente marcada, no caso de Guimarães, pelo sucesso obtido no desenvolvimento e implementação do logotipo associado a “Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura”, traduzido na



enorme aceitação que a imagem concebida granjeou junto da comunidade de residentes e visitantes, afigurando-se totalmente adequado ao objetivo enunciado criar as condições para que tal marca possa agora ser declinada por forma a associar-se a Guimarães, recolhendo, rentabilizando e potenciando a notoriedade nacional e internacional conseguida em 2012. **3.**

Proposta: Propõe-se que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a criação e o desenvolvimento de uma imagem para a marca da cidade de Guimarães, de acordo com os requisitos acima indicados. b) A despesa anual estima-se em 4.800,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 07.01.13, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, contratando-se a empresa "Estúdio João Campos Unipessoal Lda.", nos termos da alínea e) do nº 1 do art.º 24º do Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não é aplicada a redução remuneratória prevista no art.º. 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, porquanto a Câmara Municipal não contratou, no ano de 2013, nenhuma aquisição de serviços com este objeto nem com esta contraparte."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE

SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS URBANÍSTICAS CLASSIFICADAS DE PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL – Presente a

seguinte informação do Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico: "1. Objecto: A presente contratação tem como objetivo a aquisição de assessoria técnica, nas disciplinas de gestão urbanística e análise / Licenciamento de Operações urbanísticas classificadas de PEIM, a prestar para a Divisão de Desenvolvimento Económico. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em análise técnica e licenciamento de operações urbanísticas. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; A aquisição de serviços aqui em causa foi objeto de consulta à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo-nos sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação que possam prestar estes serviços; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é *aquisição de*



serviços a contratar no âmbito da Gestão e Licenciamento de Operações urbanísticas classificadas de Projetos Económicos de interesse Municipal – PEIM, com a duração de 8 meses e com termo em 31 de dezembro de 2014; b) A despesa anual estima-se em 10.000,00€ (dez mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea e), do n.º 1, do art.º 24 do código dos contratos públicos CCP, com o arquiteto Abílio Miguel Marinho de Oliveira, uma vez que se trata de um técnico com a formação requerida, de quem se conhece e reconhece qualificação e experiência profissional no âmbito das disciplinas de gestão urbanística, análise/licenciamento de operações urbanísticas. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º. 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo, uma vez que a Câmara Municipal não celebrou, no ano de 2013, nenhum contrato com idêntico objeto, e/ou com a mesma contraparte.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “Esta deliberação diz respeito à contratação de serviços no âmbito da Gestão de Licenciamento de

Obras Urbanísticas Classificadas de "Projetos Económicos de Interesse Municipal". Os vereadores da Coligação Juntos por Guimarães não poderiam deixar de mostrar alguma perplexidade ao perceber que, segundo a proposta apresentada, a Câmara não tem gente com *"conhecimentos e formação especializados e experiência em análise técnica e licenciamento de operações urbanísticas"*. Sabendo que o nosso município tem ao seu dispor um vasto quadro técnico onde, para além de vários engenheiros, constam também aproximadamente 25 arquitetos - alguns deles com experiência comprovada no campo da apreciação e análise de projetos de operações urbanísticas - não se percebe o motivo pelo qual o município quer assumir este compromisso, sabendo embora que se trata de um técnico já presente nos serviços do Município há 10 anos, vários dos quais desenvolvidos de forma gratuita e com qualidades adequadas ao fim em vista. Além disso, sabemos que, sendo o setor da construção civil um dos mais afetados pela presente crise económica, haverá seguramente muito menos processos de operações urbanísticas para análise e apreciação por parte dos serviços técnicos, facto aliás facilmente constatável com a leitura do número de processos, a do número de licenças emitidas e a da receita recebida." -----

PATRIMÓNIO - HASTA PÚBLICA Nº 1-2014 - VENDA DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA, METAIS FERROSOS E VIATURAS DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "De acordo com informações técnicas prestadas pela Divisão de Trânsito e Espaço Público, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, é solicitada a venda de 12 viaturas abandonadas na via pública destinadas a destruição e desmantelamento qualificado. É também proposta pela referida



Divisão, a venda de metais ferrosos para reciclagem. É ainda proposta a alienação de três veículos imobilizados, com as matrículas 77-38-AL (ligeiro de mercadorias), RJ-93-99 (trator agrícola) e P-48020 (reboque de carga), cujo estado de conservação e idade não justificam a sua reparação e não desempenham qualquer função na atividade dos serviços, reduzindo-se, desta forma, o custo com a sua manutenção, quer administrativa (seguro), quer do ponto de vista ambiental, atento o seu estado de conservação, e ainda um outro veículo operacional de marca Toyota, todo o terreno, que, decorrente do objetivo que orientou a sua aquisição ou do seu consumo e custo de conservação, se revela insustentável para o Município, mas que tem procura no mercado, podendo garantir um retorno financeiro superior ao do seu desmantelamento. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento ser submetido a aprovação da Câmara Municipal.” O referido regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro,

conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa Hydracooling, Lda apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 83%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa Soguima – Comércio e Indústria Alimentar S.A. apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 89%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa Domingos de Sousa & Filhos, S.A. apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços



municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 66%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa Universidade do Minho apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 85%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa Tintojal – Tinturaria e Acabamentos Lda apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 67%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresa Hydracooling, Lda; Soguima – Comércio e Indústria Alimentar S.A.; Domingos de

Sousa & Filhos, S.A.; Universidade do Minho; Tintojal – Tinturaria e Acabamentos Lda, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (doc. 1), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como doc. 2.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2014/2015 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, é elaborado anualmente, com base nos mapas 2/STE e 3/STE remetidos pelos agrupamentos de escolas e escolas secundárias, o plano de transportes escolares a vigorar em cada ano letivo. Nesse sentido, procedeu-se à elaboração do plano para 2014/2015, que contempla a previsão do número de alunos que irão beneficiar de transporte escolar, bem como dos custos associados. Da análise comparativa do plano de transportes do ano letivo 2013/2014 e o agora elaborado, verifica-se: 1. um aumento global de 68 alunos no transporte em carreira pública, em resultado do alargamento da escolaridade obrigatória; 2. uma diminuição global de 180 alunos no transporte em circuito especial. Este decréscimo justifica-se pelo facto do transporte escolar em autocarros da Didáxis e Delfinópolis abranger apenas os alunos, residentes nas freguesias de Guardizela e Serzedelo, matriculados nos 8º e 9º anos de escolaridade, e pela redução do número de circuitos no transporte de alunos do 1º ciclo do ensino básico no âmbito do Reordenamento da Rede Escolar; 3. uma redução de 169.880,30€ no valor da comparticipação anual da Câmara, principalmente



devido à redução referida no ponto anterior. Assim, o plano de transportes escolares para o ano letivo 2014/2015, no valor total previsível de 2.578.379,00€ (dois milhões quinhentos e setenta e oito mil trezentos e setenta e nove euros), deverá ser submetido à aprovação da Câmara Municipal, para ulterior aprovação da Assembleia Municipal, e posteriormente, em cumprimento do disposto no ponto 1, artigo 25º do Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, ser presente ao Conselho Municipal de Educação para conhecimento. A seguir se apresenta a respetiva repartição de encargos pelas diferentes modalidades de transporte: **a) - setembro a dezembro de 2014 - €1.012.742,16** - Carreira pública: €797.541,16; Circuitos especiais - Viaturas de Aluguer Ligeiras - Táxi/Ambulância/Carrinha adaptada: 32.494,40€; Transporte escolar - Delfinópolis e Didáxis, nos termos das alíneas f) e h), ponto 1, art.º 2º, do Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de janeiro: 29.106,60€; Transporte escolar, nos termos das alíneas e) e h), do ponto 1, art.º 2º do Decreto-Lei nº 3/2001 de 10 de janeiro: 153.600,00€. **b) - janeiro a julho de 2015 - 1.565.636,84€** - Carreira pública: 1.196.311,74€; Circuitos especiais - Viaturas de Aluguer Ligeiras - Táxi/Ambulância/Carrinha adaptada: 56.865,20€; Transporte escolar - Delfinópolis e Didáxis, nos termos das alíneas f) e h), ponto 1, art.º 2º, do Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de janeiro: 43.659,90€; Transporte escolar, nos termos das alíneas e) e h), do ponto 1, art.º 2º do Decreto-Lei nº 3/2001 de 10 de janeiro: 268.800,00€." A memória descritiva, o plano de transportes e o plano de pormenor dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – ALTERAÇÃO DO VALOR DAS VERBAS A TRANSFERIR ÀS FREGUESIAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA - ANO CIVIL DE 2014 - ACORDO DE COOPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR -

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, em sua sessão realizada em 30 de dezembro de 2013, a Assembleia Municipal deliberou sancionar a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 12 de dezembro de 2013, aprovando a transferência de verbas para as Freguesias, no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) levadas a efeito para crianças dos jardins-de-infância da rede pública, ao abrigo do Acordo de Cooperação da Educação Pré Escolar. Considerando que: o valor mensal da comparticipação financeira da DGESTE é atribuído com base no número de crianças que efetivamente beneficia de almoço e prolongamento de horário; o número de crianças a frequentar as atividades de animação e apoio à família aumentou a partir do mês de fevereiro, tendo sido solicitado e autorizado pela DGESTE a alteração do Anexo do Acordo de Cooperação, de modo a contemplar o aumento de número de crianças; o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para o desenvolvimento das AAAF prevê, no ponto 3 da Cláusula 3ª, que o montante a transferir para as Freguesias seja, se necessário, objeto de acertos financeiros, em função do número de crianças que efetivamente frequenta aquelas atividades, Assim, propõe-se que se proceda aos necessários acertos financeiros, e que correspondem a um acréscimo de 4.861,50€/mês ao valor transferido mensalmente para as Freguesias por deliberação de Câmara de 12 de dezembro de 2013, sancionada pela Assembleia Municipal, em sua sessão de 30 de dezembro de 2013, conforme



mapas em anexo. Propõe-se ainda que seja dado despacho de autorização de cabimento e de compromisso de uma verba anual no valor de 43.753,50€, referente ao período de março a julho e setembro a dezembro de 2014. Assim, deverá o assunto ser presente a reunião de Câmara e ulterior reunião de Assembleia Municipal para ratificação. À consideração superior.” Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - MARÇO 2014

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CULTURA - FEIRA AFONSINA - 4.ª EDIÇÃO - SETEMBRO 2014

Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: “Tendo como objetivo a realização da 4ª edição da Feira Afonsina, proponho que a Câmara Municipal aprove o conceito e modelo de organização de acordo com os seguintes parâmetros: **1 – Enquadramento** - “Feira Afonsina” - O conceito de “Feira

Afonsina” pretende recuar à génese da nacionalidade portuguesa, revitalizando - através de recriações históricas - os usos, costumes e tradições vimaranenses da época medieval. Esta fórmula tem encontrado um acolhimento significativo no imaginário popular e consequentemente tem sido aplicada em certames análogos, com resultados de crescente afluência e participação. A “Feira Afonsina” destaca-se e diferencia-se pela motivação, proporcionando ao visitante um contacto real com a história da cidade berço através da recriação de momentos e cenários próximos dos reais, recorrendo a uma investigação constante sobre usos, costumes e episódios. **2 - Ideia geral do evento** - Em 2014, os momentos de recriação histórica incidirão sobre o “Cerco a Guimarães”. Em 1126, após a morte da rainha D. Urraca, Afonso Raimundes (Afonso VII) torna-se rei de Leão e Castela. Um dos primeiros atos do novo monarca consistiu em obter o juramento de fidelidade dos principais magnatas. Em 1127, entre setembro e outubro, Afonso VII percorreu o norte de Portugal para exigir à força o reconhecimento da sua autoridade por parte dos senhores galegos e portugueses que ainda não se tinham submetido formalmente, incluindo a sua tia, D. Teresa. Foi nesta altura que se deu o cerco de Guimarães. A rainha D. Teresa (auto intitulada desde 1116) e o Conde Fernão Peres de Trava refugiaram-se em Coimbra ou Viseu para evitar a confrontação com Afonso VII. Face a esta situação, D. Afonso Henriques tomou a decisão de “defender” o burgo. Embora tivesse resistido ao cerco, acabaria por ceder às exigências do seu primo, Afonso VII. Aliás, acompanhou a comitiva do monarca no regresso à Galiza. Associado aos aspectos culturais e históricos mencionados previamente, pretende-se com este evento construir um conjunto de conteúdos artísticos diferenciadores que valorizem a história e



as tradições de um povo, reavivando o imaginário popular emanado pela figura do Conde D. Henrique de Borgonha e de D. Afonso Henriques. Pretende-se, também, recuperar os usos e costumes, o artesanato e a gastronomia local, reinterpretando deste modo, o *modus vivendi* do burgo de Guimarães nos séculos XI e XII. Em termos operacionais, a área de intervenção selecionada prima pela existência de inúmeros monumentos nacionais que oferecem, naturalmente, uma caracterização arquitectónica irrepreensível. Perante essa constatação, a ambientação dos espaços e a construção de material cenográfico favorece substancialmente o efeito desejado: a recriação da vila medieval vimaranense. Na prossecução desse objectivo, o envolvimento da população e dos comerciantes locais revela-se vital para o sucesso do evento. Paralelamente, a animação de rua será assegurada por grupos de animação contratados e pela atividade própria de mercadores alimentares, contribuindo desta forma para uma caracterização mais credível da época retratada, proporcionando, também, uma dinâmica efetiva do movimento de trocas comerciais. Esta estratégia de atuação, orientada para a recriação histórica e integração da população nas dinâmicas do evento, visa essencialmente a consagração de um posicionamento diferenciador no espectro nacional, assegurando, assim, a sustentabilidade futura do evento.

3 - Envolvimento da Comunidade, Associações, Instituições Locais e Comerciantes - O envolvimento da comunidade, associações, instituições locais e comerciantes do concelho apresenta-se como um eixo de ação essencial para o sucesso do evento. Neste sentido, a Organização pretende realizar ações de formação e workshops temáticos para voluntários, no intuito de dotá-los de competências que permitam a sua integração e participação nos

diversos momentos de animação e na dinâmica comercial do evento. Paralelamente, são fornecidos conselhos e orientações aos comerciantes do centro histórico em prol de um efetivo incentivo à decoração/ambientação dos seus espaços, mantendo, desta forma, um desejável rigor qualitativo. Este esforço será complementado pela animação oficial do evento e com a implementação de artesãos e artífices em áreas específicas. **4 – Organização** - O evento “Feira Afonsina” será organizado pela Câmara Municipal de Guimarães. **5 – Horas extraordinárias dos recursos humanos** - No âmbito da implementação logística da Feira Afonsina, solicita-se a devida autorização para a realização e devido pagamento de horas extraordinárias dos colaboradores afetos ao evento, independentemente dos departamentos onde se inserem. **6 – Orçamento** - Para a atividade em questão está prevista uma verba de 125.000 € (cento e vinte e cinco mil euros), no plano de atividades do orçamento municipal sob a rubrica 3.4.2.07. **7 - Definição do valor dos preços de inscrição dos comerciantes no evento** - Atenta a organização e logística associada à realização da Feira Afonsina, a inscrição no evento por partes dos comerciantes que nela pretendam participar ficará sujeita ao pagamento de um preço, que se propõe seja fixado nos seguintes termos: -----

ENTIDADES	TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	2014
DOÇARIA NO CONVENTO	-	-	265 € p/ banca (Iva incluído)
ENTIDADES	TIPOLOGIA	DESIGNAÇÃO	VALOR
ENTIDADES PRIVADAS	a)	Artesãos e artífices	25 € p/ m2 (Iva incluído)
	b)	Místicos	25 € p/ m2 (Iva incluído)
	c)	Produtores Alimentares	25 € p/ m2 (Iva incluído)
	d) – Tipo I	Mercadores Alimentares	40 € p/ m2 (Iva incluído)
	d) – Tipo II	Mercadores Alimentares	75 € p/ m2 (Iva incluído)



ENTIDADES	TIPOLOGIA		VALOR
ASSOCIAÇÕES E COLECTIVIDADES	a)	Artesãos e artífices	15 € p/ m2 (Iva incluído)
	b)	Místicos	15 € p/ m2 (Iva incluído)
	c)	Produtores Alimentares	15 € p/ m2 (Iva incluído)
	d) – Tipo I	Mercadores Alimentares	30 € p/ m2 (Iva incluído)
	d) – Tipo II	Mercadores Alimentares	30 € p/ m2 (Iva incluído)

8 - Outras receitas - Poderá ocorrer o recebimento de outras verbas, designadamente as provenientes da venda da loiça oficial da Feira Afonsina, cujos valores ainda não estão definidos porquanto o procedimento relativo à aquisição do material ainda não se encontrar em curso. Contudo, os valores a cobrar aos participantes serão sempre similares aos custos que o Município tiver com a sua aquisição.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DA MULHERES – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO – Presente a seguinte proposta: “Em Janeiro de 2001, o Município de Guimarães celebrou um protocolo com a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), considerando a importância das atribuições e objetivos a que a Comissão se propunha, nomeadamente a promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. No sentido de continuar a dar cumprimento àquele protocolo, e considerando a importância de se continuar a incentivar a dimensão de género nas políticas, programas e projetos desenvolvidos pelo concelho, designadamente na sensibilização e na formação de agentes multiplicadores que promovam a eliminação de estereótipos associados a esta problemática e incentivem a cidadania e a participação social equilibrada, proponho que seja designada como **Conselheira para a Igualdade**, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Vereadora

da Câmara Municipal de Guimarães, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a cláusula 1ª do Protocolo acima referido.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com sete votos a favor e três em branco. --
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----